

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de junho de 2017 do Banco ABC BRASIL S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um Banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do Banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira. O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda *expertise* na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 30 de junho de 2017: Bank ABC 59,67%; Mercado: 33,03%; Administradores e Conselheiros: 5,46%; e Ações em Tesouraria: 1,84%.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 204,0 milhões no primeiro semestre de 2017 (R\$ 195,2 milhões no primeiro semestre de 2016), representando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 13,6% no semestre (15,0% no primeiro semestre de 2016).

O aumento do resultado do Banco em relação ao mesmo semestre do ano anterior reflete, principalmente, o aumento das receitas da intermediação financeira e redução das despesas operacionais, o que foi parcialmente compensado por maiores despesas da intermediação financeira.

Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R\$ 103,3 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,55 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro semestre de 2017. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 26 b/c).

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 21.216,0 milhões ao final de junho de 2017 (R\$ 19.573,1 milhões ao final do primeiro semestre de 2016). Em relação à qualidade da carteira, 92,8% das operações com empréstimos e 98,8% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de junho de 2017, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 95,5%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 4,00% do total da carteira de empréstimos ao final de junho de 2017 (3,93% ao final de junho de 2016).

IN CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$ 470,0 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

GESTÃO DE RISCO

1 - RISCO CORPORATIVO

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 4.557/17 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantêm estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa. A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e Compliance.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite a risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2 - RISCO OPERACIONAL

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional; e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional e Compliance (CROC) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, Compliance, segurança da informação e controles internos.

3 - RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos prevê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite a risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4 - RISCO DE CRÉDITO

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isso, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplimento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

5 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6 - GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com as áreas de Gestão de Riscos e de Controladoria. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil.

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na Assembleia Geral Ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, proposto ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8 - RISCO DE CONFORMIDADE

O Banco ABC Brasil através de sua área de Compliance busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando cobrir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846/13 de Anticorrupção. A área de Compliance também é composta pela área de Segurança da Informação que é responsável por definir as políticas e estratégias de Segurança da Informação e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 02 de agosto de 2017

A Administração

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | | | |
|---|----------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 30 de junho de 2017 e 2016 | | | | | |
| (Em milhares de reais) | | | | | |
| Ativo | Notas | Banco | | Consolidado | |
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Circulante | | 19.877.551 | 16.635.741 | 20.361.915 | 16.816.734 |
| Disponibilidades | 3 | 20.440 | 28.279 | 20.440 | 28.279 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4 | 6.041.519 | 5.356.244 | 6.041.519 | 5.356.244 |
| Aplicações no mercado aberto | | 4.561.756 | 4.801.060 | 4.561.756 | 4.801.060 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 976.917 | 142.592 | 976.917 | 142.592 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | | 502.846 | 412.592 | 502.846 | 412.592 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | | 5.609.105 | 3.936.227 | 6.092.597 | 4.115.936 |
| Carteira própria | 5.a | 4.883.424 | 2.726.315 | 5.049.703 | 2.906.024 |
| Vinculados à prestação de garantias | 5.a | 133 | 789.842 | 133 | 789.842 |
| Vinculados a operações compromissadas | 5.a | 4.602 | 8.210 | 4.602 | 8.210 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.b | 720.946 | 411.860 | 1.038.159 | 411.860 |
| Relações interfinanceiras | 6 | 21.946 | 12.656 | 21.946 | 12.656 |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | | 21.840 | 12.419 | 21.840 | 12.419 |
| Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central | | 106 | 237 | 106 | 237 |
| Operações de crédito | | 6.218.534 | 5.624.216 | 6.218.534 | 5.624.216 |
| Operações de crédito - setor público | 7 | 78.785 | 53.308 | 78.785 | 53.308 |
| Operações de crédito - setor privado | 7 | 6.343.574 | 5.765.344 | 6.343.574 | 5.765.344 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 8 | (203.825) | (194.436) | (203.825) | (194.436) |
| Outros créditos | | 1.686.769 | 1.595.035 | 1.687.641 | 1.596.319 |
| Créditos por avais e fianças honrados | | 14.845 | 33.760 | 14.845 | 33.760 |
| Carteira de câmbio | 9 | 793.292 | 334.033 | 793.292 | 334.033 |
| Rendas a receber | | 16.680 | 15.283 | 16.680 | 15.283 |
| Negociação e intermediação de valores | 10.a | 63.581 | 561.377 | 63.581 | 561.377 |
| Diversos | 10.b | 828.708 | 688.115 | 829.580 | 689.399 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 8 | (30.337) | (37.533) | (30.337) | (37.533) |
| Outros valores e bens | | 279.238 | 83.084 | 279.238 | 83.084 |
| Outros valores e bens | | 270.770 | 77.419 | 270.770 | 77.419 |
| Despesas antecipadas | | 8.468 | 5.665 | 8.468 | 5.665 |
| Realizável a longo prazo | | 6.141.287 | 8.558.778 | 6.141.295 | 8.558.785 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | | 1.718.992 | 1.876.569 | 1.718.992 | 1.876.569 |
| Carteira própria | 5.a | 1.008.373 | 792.454 | 1.008.373 | 792.454 |
| Vinculados à prestação de garantias | 5.a | 519.329 | 356.203 | 519.329 | 356.203 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5.b | 191.290 | 727.912 | 191.290 | 727.912 |
| Operações de crédito | | 4.232.494 | 3.710.987 | 4.232.494 | 3.710.987 |
| Operações de crédito - setor público | 7 | - | 12.000 | - | 12.000 |
| Operações de crédito - setor privado | 7 | 4.415.190 | 3.818.968 | 4.415.190 | 3.818.968 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 8 | (182.696) | (119.981) | (182.696) | (119.981) |
| Outros créditos | | 189.003 | 269.545 | 189.011 | 269.552 |
| Rendas a receber | | 3.207 | 2.253 | 3.207 | 2.253 |
| Diversos | 10.b | 242.928 | 324.779 | 242.936 | 324.786 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 8 | (57.132) | (57.487) | (57.132) | (57.487) |
| Outros valores e bens | | 798 | 1.677 | 798 | 1.677 |
| Despesas antecipadas | | 798 | 1.677 | 798 | 1.677 |
| Permanente | | 237.129 | 223.557 | 45.962 | 46.181 |
| Investimentos | | 191.781 | 177.990 | 614 | 614 |
| Participações em controladas - No País | 11 | 191.167 | 177.376 | - | - |
| Outros investimentos | | 614 | 614 | 614 | 614 |
| Imobilizado de uso | | 28.805 | 30.195 | 28.805 | 30.195 |
| Outras imobilizações de uso | | 51.074 | 47.722 | 51.074 | 47.722 |
| Depreciações acumuladas | | (22.269) | (17.527) | (22.269) | (17.527) |
| Intangível | | 16.543 | 15.372 | 16.543 | 15.372 |
| Ativos intangíveis | | 40.451 | 34.341 | 40.451 | 34.341 |
| Amortizações acumuladas | | (23.908) | (18.969) | (23.908) | (18.969) |
| Total do Ativo | | 26.255.967 | 22.718.076 | 26.549.172 | 22.721.700 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| Passivo | Notas | Banco | | Consolidado | |
|--|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Circulante | | 15.709.750 | 13.598.805 | 16.002.955 | 13.602.429 |
| Depósitos | 13 | 5.718.740 | 3.349.421 | 5.718.637 | 3.348.759 |
| Depósitos à vista | | 20.235 | 63.281 | 20.132 | 62.619 |
| Depósitos interfinanceiros | | 413.529 | 115.692 | 413.529 | 115.692 |
| Depósitos a prazo | | 5.284.976 | 3.170.448 | 5.284.976 | 3.170.448 |
| Captações no mercado aberto | | 27.864 | 74.099 | 27.864 | 74.099 |
| Carteira própria | | 4.598 | 8.195 | 4.598 | 8.195 |
| Carteira de livre movimentação | | 23.266 | 65.904 | 23.266 | 65.904 |
| Recursos de acites e emissão de títulos | 14 | 3.539.829 | 3.607.353 | 3.539.829 | 3.607.353 |
| Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares | | 3.533.363 | 3.587.851 | 3.533.363 | 3.587.851 |
| Certificados de operações estruturadas | | 6.466 | 19.502 | 6.466 | 19.502 |
| Relações interfinanceiras | | 6.137 | 329.487 | 6.137 | 329.487 |
| Recebimentos e pagamentos a liquidar | | 6.137 | 329.487 | 6.137 | 329.487 |
| Relações interdependências | | 50.717 | 37.280 | 50.717 | 37.280 |
| Recursos em trânsito de terceiros | | 50.717 | 37.280 | 50.717 | 37.280 |
| Obrigações por empréstimos | 15 | 3.485.549 | 3.275.703 | 3.485.549 | 3.275.703 |
| Empréstimos no exterior | | 3.485.549 | 3.275.703 | 3.485.549 | 3.275.703 |
| Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais | 15 | 812.209 | 849.232 | 812.209 | 849.232 |
| BNDES | | 495.644 | 529.376 | 495.644 | 529.376 |
| FINAME | | 186.908 | 236.306 | 186.908 | 236.306 |
| Outras instituições | | 129.657 | 83.550 | 129.657 | 83.550 |
| Repasses no exterior | 15 | 623.837 | 482.071 | 623.837 | 482.071 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa. As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desemboços futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias. c) **Créditos de avaliação dos passivos:** As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. d) **Hedge Accounting:** Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados nas Notas 5.b, 15.b e 16.b respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b). e) **Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. f) **Auração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vendidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidas com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. g) **Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. h) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. i) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. Em 22 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675, convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a partir de 1º de setembro de 2015. j) **Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

| | Banco e Consolidado | |
|---|---------------------|-----------|
| | 2017 | 2016 |
| Disponibilidades | 20.440 | 28.279 |
| Aplicações financeiras de liquidez | 3.989.507 | 4.598.853 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 502.846 | 412.592 |
| Outras operações com vencimentos de até 90 dias | 3.486.661 | 4.186.261 |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa | 4.009.947 | 4.627.132 |

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez é composto por aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento até dezembro de 2017, no montante de R\$ 4.561.756 (R\$ 4.801.060 em 2016), aplicações em moedas estrangeiras de um dia útil, no montante de R\$ 502.846 (R\$ 412.592 em 2016) e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimentos até junho de 2018, no montante de R\$ 976.917 (R\$ 142.592 em 2016).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) **Títulos e valores mobiliários:** As classificações dos títulos, em 30 de junho de 2017 e 2016, são demonstradas como segue:

| | Junho de 2017 | | Junho de 2016 | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| | Custo | Mercado/Contábil | Custo | Mercado/Contábil |
| Títulos para negociação | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1.182.084 | 1.181.422 | 1.322.479 | 1.321.795 |
| Eurobônus | 9.491 | 9.454 | 9.491 | 12.935 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - B | 140.736 | 142.553 | 140.736 | 142.553 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 1.371.523 | 1.422.047 | 1.371.523 | 1.422.047 |
| Certificado de Depósitos Bancários - CDB | - | - | 25.906 | 25.906 |
| Debêntures | 22.662 | 22.476 | 22.662 | 22.476 |
| Notas Promissórias - NP | - | - | - | 3.575 |
| Subtotal - Títulos para negociação | 2.726.496 | 2.777.952 | 2.892.797 | 2.944.231 |
| Títulos disponíveis para venda (b) | | | | |
| Eurobônus | 7.084 | 7.082 | 7.084 | 34.800 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - B | 12.405 | 12.462 | 12.405 | 12.462 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - A | 84.615 | 83.713 | 84.615 | 83.713 |
| Certificado de Depósitos Bancários - CDB | - | - | - | 19.796 |
| Debêntures | 1.090.553 | 1.089.214 | 1.090.553 | 1.089.214 |
| Notas Promissórias - NP | 388.335 | 390.795 | 388.335 | 390.795 |
| Cédula do Produtor Rural - CPR | 173.328 | 170.519 | 173.328 | 170.519 |
| Títulos públicos emitidos em outros países | 1.400.187 | 1.414.163 | 1.400.187 | 1.414.163 |
| Letras Financeiras - LF | - | - | - | 140.512 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | 3.156.507 | 3.167.948 | 3.156.507 | 3.167.948 |
| Títulos mantidos até o vencimento | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN (a) | 469.961 | 469.961 | 469.961 | 573.473 |
| Subtotal - Mantidos até o vencimento | 469.961 | 469.961 | 469.961 | 573.473 |
| Total | 6.352.964 | 6.415.861 | 6.519.265 | 6.822.140 |

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 30 de junho de 2017, ajuste positivo de R\$ 37.291 (ajuste negativo de R\$ 15.683 em 2016).
(b) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas dos títulos, no montante de R\$ 117.806 em 30 de junho de 2017 (R\$ 59.242 em 2016).
Em 30 de junho de 2017, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ganho de R\$ 11.441 (R\$ 8.886 de perda em 2016), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 6.293 (R\$ 2.917 em 2016). Em 30 de junho de 2017 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 2.900.739.
As composições da carteira em 30 de junho de 2017, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:

| | 2017 | | | | | |
|---|-----------|----------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | Até 1 Mês | De 1 a 3 Meses | De 3 a 6 Meses | De 6 a 12 Meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos |
| Títulos para negociação | - | - | - | 115.963 | 880.000 | 1.851.422 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | - | - | - | 9.454 | 9.454 |
| Eurobônus | - | - | - | - | 79.117 | 63.436 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - B | - | - | - | - | 1.422.047 | 142.553 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | - | - | - | - | 22.476 | 22.476 |
| Certificado de Depósitos Bancários - CDB | - | - | - | - | - | 25.906 |
| Debêntures | - | - | - | - | 22.476 | 22.476 |
| Subtotal - Títulos para negociação | - | - | - | 115.963 | 2.381.164 | 2.802.825 |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | | |
| Eurobônus | - | - | - | - | 7.082 | 7.082 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - B | - | - | - | - | 12.462 | 12.462 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN - A | - | - | - | - | 83.713 | 83.713 |
| Debêntures | - | - | - | - | 35.298 | 128.392 |
| Notas Promissórias - NP | - | - | - | - | 185.386 | 17.577 |
| Cédula do Produtor Rural - CPR | - | - | - | - | 133 | 44.203 |
| Títulos públicos emitidos em outros países | - | - | - | - | 1.414.163 | 1.414.163 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | 2.207.817 | 3.292.258 |
| Títulos mantidos até o vencimento | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | - | - | - | - | 469.961 | 469.961 |
| Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento | - | - | - | - | 469.961 | 469.961 |
| Total - 2017 | - | - | - | - | 2.207.817 | 6.415.861 |
| Total - 2016 | - | - | - | - | 198.623 | 1.377.213 |

O Banco possui "Títulos vinculados à garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

| | Banco e Consolidado | |
|---|---------------------|------------------|
| | Valor de mercado | 2017 |
| Tipo de operação | | |
| Derivativo - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e CBLIC | | |
| Câmbio - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão | | |
| Captações em Letras de Crédito do Agronegócio | | |
| Repasses - Circular nº 3.844 | | |
| Total | | |
| Títulos vinculados | | |
| LTN/NTN/CDB | 291.679 | 464.249 |
| LTN | 50.490 | 91.727 |
| Cédula do Produtor Rural/Debêntures | 177.293 | 126.101 |
| LF | - | 463.968 |
| Total | 519.462 | 1.146.045 |

Instrumentos financeiros derivativos: O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, limites e montantes compatíveis. Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à Administração. A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica com nível de confiança de 99% e períodos de retenção de um dia para a carteira de negociação e vinte e um dias para a carteira de não negociação. Além dos controles de exposição e VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfólio. Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e na Bolsa de Valores de Chicago. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas, como o método de fluxo de caixa descontado. Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado. - Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e - Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrado a seguir:

| | 2017 | | 2016 | |
|--|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|------------------|
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| | Valor referencial dos contratos | Custo - Valor (a receber/a pagar) | Ajuste ao valor de mercado | Valor de mercado |
| Contratos de futuros | 8.961.830 | - | - | 7.149.671 |
| Compromisso de compra | 2.659.964 | - | - | 3.542.942 |
| Mercado interfinanceiro | 1.561.241 | - | - | 2.939.501 |
| Moeda estrangeira | 1.098.723 | - | - | 602.657 |
| Outros | - | - | - | 784 |
| Compromisso de venda | 6.301.866 | - | - | 3.606.729 |
| Mercado interfinanceiro | 6.000.375 | - | - | 3.606.729 |
| Moeda estrangeira | 300.219 | - | - | - |
| Outros | 1.272 | - | - | - |
| Posição ativa | 11.132.168 | 806.883 | 100.116 | 906.999 |
| Contratos de "Swap" | 1.597.949 | 57.743 | 3.325 | 61.068 |
| Mercado interfinanceiro | 742.286 | 54.174 | 3.021 | 57.195 |
| Moeda estrangeira | 103.877 | 2.849 | 27 | 2.876 |
| Prefixado | 751.786 | 720 | 277 | 997 |
| Outros | - | - | - | - |
| Contratos de opções | 7.759.139 | 632.179 | 95.540 | 727.629 |
| Compromisso de compra | 4.280.992 | 140.362 | (46.751) | 93.611 |
| Moeda estrangeira | 4.238.919 | 137.797 | (45.319) | 92.478 |
| Outros ativos financeiros | 449.342 | 2.565 | (1.432) | 1.133 |
| Compromisso de venda | 3.478.147 | 491.817 | 142.201 | 634.018 |
| Moeda estrangeira | 3.401.357 | 489.539 | 140.964 | 630.503 |
| Outros ativos financeiros | 76.790 | 2.278 | 1.237 | 3.515 |
| Outros instrumentos financeiros | 1.775.800 | 116.961 | 1.341 | 118.302 |
| Moeda estrangeira | 806.125 | 77.342 | 2.186 | 79.528 |
| Outros ativos financeiros | 968.955 | 39.619 | (845) | 38.774 |

| | 2017 | | 2016 | |
|--|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|------------------|
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| | Valor referencial dos contratos | Custo - Valor (a receber/a pagar) | Ajuste ao valor de mercado | Valor de mercado |
| Posição passiva | 10.228.925 | (867.206) | 103.520 | (763.686) |
| Contratos de "Swap" | 1.195.502 | (34.312) | 4.776 | (29.536) |
| Mercado interfinanceiro | 404.606 | (26.344) | 7.850 | (18.494) |
| Moeda estrangeira | 256.805 | (7.250) | (289) | (7.539) |
| Prefixado | 517.878 | (627) | (2.235) | (2.862) |
| Outros | 16.213 | (91) | (550) | (641) |
| Contratos de opções | 7.838.894 | (716.569) | 100.348 | (616.221) |
| Compromisso de compra | 4.555.968 | (194.922) | 114.300 | (80.621) |
| Moeda estrangeira | 4.493.942 | (193.193) | 114.056 | (79.137) |
| Outros ativos financeiros | 62.046 | (1.729) | 245 | (1.484) |
| Compromisso de venda | 3.282.906 | (521.647) | (13.953) | (535.600) |
| Moeda estrangeira | 3.235.500 | (518.276) | (13.939) | (531.969) |
| Outros ativos financeiros | 47.406 | (3.371) | (260) | (3.631) |
| Outros instrumentos financeiros | 1.194.529 | (116.325) | (1.604) | (117.929) |
| Moeda estrangeira | 1.021.800 | (84.302) | (1.605) | (85.907) |
| Outros ativos financeiros | 172.729 | (32.023) | 1 | (32.022) |

| | 2017 | | 2016 | |
|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|------------------|
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| | Valor referencial dos contratos | Custo - Valor (a receber/a pagar) | Ajuste ao valor de mercado | Valor de mercado |
| Contratos de futuros | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

| | Exposição | | |
|--|------------------|---------------|----------------|
| | Cenário Provável | Cenário II | Cenário III |
| i) Taxas de Juros | | | |
| Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1) | 4.857 | 21.301 | 42.266 |
| Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2) | 38.370 | 42.014 | 43.272 |
| Exposição de Cupons de índices (RWAjur3) | 14.400 | 14.486 | 14.487 |
| Total da exposição a taxas de Juros (Nota 27) | 57.627 | 77.801 | 100.025 |
| ii) Taxas de Câmbio | | | |
| Total da exposição a taxas de Câmbio | 2.195 | 5.487 | 10.975 |

i) Taxas de Juros: Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de "Negociação" (*Trading Book*), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.554/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras. Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxas de juros em 30 de junho de 2017 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução. ii) **Taxas de câmbio:** A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.568/11. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência. Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 30 de junho de 2017. iii) **Carteira de não Negociação (Banking Book):** Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress", cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 30 de junho de 2017 demonstraram uma exposição de R\$ 44.449, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador. Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A composição da rubrica relações interfinanceiras representam o montante de R\$ 21.946 em 30 de junho de 2017 (R\$ 12.656 em 2016), representados basicamente por Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central, no montante de R\$ 106 (R\$ 237 em 2016) e Outros - Pagamentos e recebimentos a liquidar, no montante de R\$ 21.840 (R\$ 12.419 em 2016).

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

Carteira por modalidade:

| | Banco e Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Operações de crédito | | |
| Empréstimos | 4.835.267 | 4.808.615 |
| Financiamentos | 4.146.709 | 3.897.957 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 1.855.573 | 943.048 |
| Subtotal - Operações de crédito | 10.837.549 | 9.649.620 |
| Outros créditos com características de concessão de crédito | | |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a) | 450.280 | 242.490 |
| Títulos e créditos a receber | 556.022 | 448.326 |
| Outros | 14.845 | 74.957 |
| Subtotal - Outros créditos com características de concessão de crédito | 1.021.147 | 765.773 |
| Subtotal - Operações de crédito e outros créditos | 11.858.696 | 10.415.393 |
| Garantias financeiras prestadas (b) | 9.357.295 | 9.157.677 |
| Total da carteira | 21.215.991 | 19.573.070 |

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 441.169 (R\$ 240.783 em 2016), demonstrado como redutor de Outras obrigações (Nota 9) acrescido de R\$ 9.111 (R\$ 4.009 em 2016) de rendas a receber e tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9).

(b) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de concessão. Em 30 de junho de 2017, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R\$ 39.946 (R\$ 25.760 em 2016) - Nota 16.c.

Carteira por setor de atividade:

| | Banco e Consolidado | | | 2016 | | |
|----------------------------------|----------------------|---------------------------------|-------------------|----------------------|---------------------------------|-------------------|
| | Operações de crédito | Garantias financeiras prestadas | Total | Operações de crédito | Garantias financeiras prestadas | Total |
| Sector privado | | | | | | |
| Intermediários financeiros | 104.945 | 2.213.695 | 2.318.640 | 88.493 | 2.223.325 | 2.311.818 |
| Indústria | 4.401.395 | 1.409.381 | 5.810.776 | 3.209.212 | 1.428.029 | 4.637.241 |
| Comércio | 1.839.100 | 793.727 | 2.632.827 | 1.351.958 | 1.260.019 | 2.611.977 |
| Serviços | 5.221.485 | 4.069.122 | 9.290.607 | 5.470.303 | 3.433.288 | 8.903.591 |
| Pessoas físicas | 212.986 | 121.272 | 334.258 | 230.119 | 47.394 | 277.513 |
| Subtotal - Sector privado | 11.779.911 | 8.607.197 | 20.387.108 | 10.350.085 | 8.392.055 | 18.742.140 |
| Sector público | 78.785 | 1.725.778 | 1.804.563 | 828.883 | 765.622 | 1.594.505 |
| Total da carteira | 11.858.696 | 9.357.295 | 21.215.991 | 10.415.393 | 9.157.677 | 19.573.070 |

Os saldos das operações de crédito, garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

| | Banco e Consolidado | | | | | |
|--|---------------------|------------------|------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 2017 | | | 2016 | | |
| | A vencer | | Vencidas a partir de 15 dias | Total | | Total |
| | Até 1 Mês | De 1 a 3 Meses | | De 3 a 6 Meses | De 6 a 12 Meses | |
| Operações de crédito | 658.446 | 1.446.993 | 1.816.612 | 2.401.402 | 3.562.367 | 852.823 |
| Outros créditos | 187.087 | 278.785 | 217.663 | 285.720 | 7.173 | 6.915 |
| Subtotal - Operações de crédito e outros créditos | 845.533 | 1.725.778 | 2.034.275 | 2.687.122 | 3.569.540 | 859.738 |
| Garantias financeiras prestadas | 656.100 | 986.761 | 2.443.814 | 3.049.245 | 2.167.911 | 53.464 |
| Total - 2017 | 1.501.633 | 2.712.539 | 4.478.089 | 5.736.367 | 5.737.451 | 913.202 |
| Total - 2016 | 1.845.357 | 2.785.555 | 4.080.199 | 5.540.256 | 4.270.959 | 902.823 |

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e Resolução nº 3.895/10, as cessões de crédito com retenção substancial de risco e benefícios passaram a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo: No semestre findo em 30 de junho de 2017, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 15.566 (R\$ 3.218 em 2016), o efeito dessas operações no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi negativo de R\$ 341 (resultado negativo de R\$ 99 em 2016).

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

| | Banco e Consolidado | |
|----------------------|---------------------|-----------------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Principal devedor | Saldo 735.430 | % sobre a carteira (1) 3,47 |
| 10 maiores devedores | 3.785.847 | 17,84 |
| 20 maiores devedores | 5.520.934 | 26,02 |

(1) total da carteira incluindo garantias financeiras prestadas.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

As carteiras de operações de crédito e outros créditos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim distribuídos:

| Nível de risco | Nível mínimo de provisionamento | Banco e Consolidado | | | Provisão Res. 2.682/99 |
|------------------------|---------------------------------|---------------------|----------------|-------------------|------------------------|
| | | Curso normal | Atraso | Total | |
| AA | - | 673.302 | - | 673.302 | - |
| A | 0,5% | 4.714.132 | - | 4.714.132 | 23.571 |
| B | 1,0% | 3.825.351 | 16 | 3.825.367 | 38.254 |
| C | 3,0% | 1.790.573 | 3.855 | 1.794.428 | 83.823 |
| D | 10,0% | 363.254 | 10.695 | 373.949 | 40.021 |
| E | 30,0% | 116.956 | 55.245 | 172.201 | 57.815 |
| F | 50,0% | 73.691 | 1.368 | 75.059 | 37.530 |
| G | 70,0% | 142.969 | 48.005 | 190.974 | 133.682 |
| H | 100,0% | 21.758 | 17.526 | 39.284 | 39.284 |
| Provisão adicional (*) | - | - | - | - | 50.000 |
| | | 11.721.986 | 136.710 | 11.858.696 | 473.990 |

(*) Refere-se à provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

| Nível de risco | Nível mínimo de provisionamento | Banco e Consolidado | | | Provisão Res. 2.682/99 |
|------------------------|---------------------------------|---------------------|----------------|-------------------|------------------------|
| | | Curso normal | Atraso | Total | |
| AA | - | 510.745 | - | 510.745 | - |
| A | 0,5% | 3.270.225 | - | 3.270.225 | 16.351 |
| B | 1,0% | 4.196.628 | 76 | 4.196.704 | 41.967 |
| C | 3,0% | 1.682.558 | 1.760 | 1.684.318 | 50.530 |
| D | 10,0% | 327.994 | 9.502 | 337.496 | 33.750 |
| E | 30,0% | 235.856 | 23.327 | 259.183 | 82.721 |
| F | 50,0% | 11.015 | 20.005 | 31.020 | 15.510 |
| G | 70,0% | 11.773 | 11.873 | 23.646 | 16.552 |
| H | 100,0% | 20.678 | 81.378 | 102.056 | 102.056 |
| Provisão adicional (*) | - | - | - | - | 50.000 |
| | | 10.267.472 | 147.921 | 10.415.393 | 409.437 |

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos tiveram as seguintes movimentações nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016:

| | Banco e Consolidado | | 2016 | |
|---|----------------------|-----------------|----------------|----------------|
| | Operações de crédito | Outros créditos | Total | Total |
| Saldo no início do semestre | 315.369 | 114.882 | 430.251 | 338.843 |
| Constituição/(Reversão) | 102.224 | 12.123 | 114.347 | 104.085 |
| Varição cambial de saldo | 899 | - | 899 | (8.896) |
| Classificados como resultados de exercícios futuros | - | (543) | (543) | (202) |
| Créditos compensados como prejuízo | (31.971) | (38.993) | (70.964) | (24.393) |
| Saldo no final do semestre | 386.521 | 87.469 | 473.990 | 409.437 |

Em 30 de junho de 2017, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 600.772 (R\$ 585.959 em 2016), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 30.734 (R\$ 326.664 em 2016). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 2.813 (R\$ 3.455 em 2016).

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

| | Banco e Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Outros Créditos | | |
| Câmbio comprado a liquidar - CCL | 590.110 | 269.053 |
| Provisão sobre variação cambial de CCL | (247) | (80) |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 200.548 | 64.624 |
| Adiantamentos recebidos | (6.230) | (3.573) |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC) | 9.111 | 4.009 |
| Total | 793.292 | 334.033 |
| Outras Obrigações | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 205.371 | 61.347 |
| Obrigações por compra de câmbio | 575.857 | 295.187 |
| Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) | (441.169) | (240.783) |
| Total | 340.059 | 115.751 |

10. OUTROS CRÉDITOS

a) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

b) As composições de outros créditos diversos estão assim demonstradas:

| | Banco | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Créditos tributários (Nota 21) | 444.718 | 382.648 | 444.726 | 382.655 |
| Devedores por compra de valores e bens | 18.363 | - | 18.363 | - |
| Devedores por depósitos em garantia | 15.495 | 116.486 | 15.495 | 116.486 |
| Impostos e contribuições a compensar | 37.071 | 24.573 | 37.943 | 25.851 |
| Títulos e créditos a receber | 550.802 | 445.153 | 550.802 | 445.153 |
| Créditos vinculados a operações de cessão (1) | - | - | - | - |
| Outros | 5.187 | 5.139 | 5.187 | 5.145 |
| Total | 1.071.636 | 1.012.894 | 1.072.516 | 1.014.185 |

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com cobrificação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

11. INVESTIMENTOS

| | ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | | ABC Brasil Administração e Participações Ltda. | | 2017 | | 2016 | |
|-------------------------------------|--|------|--|------|------------|-------|------------|-------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | Total | Total | Total | Total |
| Capital social | 50.002 | - | 55.632 | - | 105.634 | - | 105.634 | - |
| Patrimônio líquido | 94.046 | - | 97.121 | - | 191.167 | - | 191.167 | - |
| Resultado do semestre | 2.881 | - | 3.549 | - | 6.430 | - | 6.430 | - |
| Nº de ações ordinárias possuídas | 24.980.054 | - | - | - | - | - | - | - |
| Nº de ações preferenciais possuídas | 24.980.055 | - | - | - | - | - | - | - |
| % de cotas possuídas | - | - | 55.631.814 | - | 55.631.814 | - | 55.631.814 | - |
| % de participação | 100,00 | - | 99,99 | - | 99,99 | - | 99,99 | - |
| Valor contábil | 94.046 | - | 97.121 | - | 191.167 | - | 191.167 | - |
| Equivalência patrimonial | 2.881 | - | 3.549 | - | 6.430 | - | 6.430 | - |

12. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiários em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

13. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

| | Banco | | | | Consolidado | | | |
|-------------------|----------------|-------------|-----------------|---------------|-----------------|--------|--------|-------|
| | Sem vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total | Total | Total |
| Depósitos à vista | 20.235 | - | - | - | - | 20.235 | 63.281 | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2017 são demonstradas a seguir:

| | Dezembro de 2016 | Adições | Baixas | Junho de 2017 |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Créditos tributários | | | | |
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 186.234 | 101.572 | (79.535) | 208.271 |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos | 111.065 | 27.960 | (68.315) | 70.710 |
| Resultados não realizados em mercados de liquidação futura | 14.896 | 14.870 | (1.342) | 28.424 |
| Outros | 86.304 | 44.442 | (2.598) | 128.148 |
| Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda | 8.496 | 2.857 | (2.188) | 9.165 |
| | 406.995 | 191.701 | (153.978) | 444.718 |

Obrigações fiscais diferidas

| | Dezembro de 2016 | Adições | Baixas | Junho de 2017 |
|---|------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| Diferenças temporárias: | | | | |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos | (207.664) | (72.293) | 99.203 | (180.754) |
| Resultados não realizados em mercados de liquidação futura | (6.239) | (4.293) | 2.631 | (7.901) |
| Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda | (8.691) | (7.469) | 1.850 | (14.310) |
| Ajuste decorrente do Regime Transitório de Tributação - RTT | (1.503) | 1.145 | — | (358) |
| | (224.097) | (84.055) | 104.829 | (203.323) |
| | 182.898 | 107.646 | (49.149) | 241.395 |

Saldo líquido
As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, os ajustes ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 8 em 30 de junho de 2017 (R\$ 7 em 30 de junho de 2016) em créditos tributários e R\$ 349 em 30 de junho de 2017 em obrigações fiscais diferidas.
O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como seguem:

| | Banco | Consolidado |
|--|----------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 10.b) | 444.718 | 382.648 |
| Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16.a) | (203.323) | (260.473) |
| Total | 241.395 | 122.175 |

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 30 de junho de 2017 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

| | Banco | Consolidado |
|-------------------------------|----------------|------------------|
| | Ativo | Passivo |
| 2017 | 168.971 | (139.201) |
| 2016 | 48.294 | (2.777) |
| 2017 | 118.043 | (43.538) |
| 2016 | 35.948 | (8.107) |
| 2017 | 17.927 | (980) |
| 2016 | 36.838 | (1.252) |
| Acima de 5 anos | 18.697 | (7.468) |
| Total | 444.718 | (203.323) |
| Valor presente - Selic | 347.134 | (171.848) |

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 são demonstradas a seguir:

| | Banco | Consolidado |
|--|-----------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social | 208.763 | 381.721 |
| Encargos totais de imposto de renda e contribuição social | 93.943 | 171.775 |
| Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período | 63.448 | (164.234) |
| Receitas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis | (30.623) | 69.907 |
| Resultados de participações societárias | (2.894) | (3.062) |
| Juros sobre o capital próprio | (46.494) | (41.692) |
| Outros valores | (9.164) | (10.452) |
| Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes | 68.216 | 22.242 |
| Impostos e contribuições diferidos | 76.586 | 237.787 |
| Passivos fiscais constituídos no semestre | (102.979) | (142.228) |
| Passivos fiscais realizados no semestre | (188.844) | (179.360) |
| Créditos tributários realizados no semestre | 151.790 | 248.025 |
| Total dos impostos e contribuições diferidos | (63.447) | (164.234) |
| Total do resultado de imposto de renda e contribuição social | 4.769 | 186.476 |

22. PARTES RELACIONADAS
a) Empresas controladas e ligadas: Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

| Operações/Partes relacionadas | 2017 | | | 2016 | | |
|--|-----------------|------------|---------------|------------------------------|---------------|------------------------------|
| | Grau de relação | Prazos até | Ativo/Passivo | Receitas/(Despesas) Semestre | Ativo/Passivo | Receitas/(Despesas) Semestre |
| Depósitos à vista | | | | | | |
| ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. | Controlada | S/Vencto. | (49) | — | (84) | — |
| ABC Brasil DTVM S.A. | Controlada | S/Vencto. | (54) | — | (578) | — |
| Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. | Ligada | S/Vencto. | (23) | — | (6) | — |
| Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos | | | | | | |
| Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. | Ligada | — | — | — | (593) | — |
| Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | 14/07/2017 | (714) | (6) | (905) | (5) |
| Arab Banking Corporation (ABC) | Controlador | 18/04/2016 | — | — | — | (657) |
| Administradores | Diversos | (40.931) | (4.472) | (26.227) | (3.187) | — |
| Obrigações por empréstimos | | | | | | |
| Arab Banking Corporation (ABC) | Controlador | 10/07/2017 | (327.231) | (4.383) | (807.077) | (3.708) |
| Dividendos e juros sobre o capital | | | | | | |
| Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | 10/08/2017 | (53.682) | — | (48.469) | — |
| Outras obrigações - Prestação de serviços | | | | | | |
| ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. | Controlada | — | — | — | (39) | (240) |

b) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente líquido (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo. A Remuneração Variável será calculada: a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR, e b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil S.A., nos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), salvo nos casos onde haja períodos de vedação nesses meses, oportunidade em que a média será calculada utilizando os pregões subsequentes. A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente líquido, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 estão assim compostas:

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Remuneração Fixa | 11.019 | 10.522 |
| Remuneração Variável | 15.241 | 13.806 |
| Total de benefícios de curto prazo | 26.260 | 24.328 |
| Remuneração baseada em ações | 17.618 | 16.051 |
| Total de benefícios de longo prazo | 17.618 | 16.051 |
| Total | 43.878 | 40.379 |

c) **Resumo da movimentação do plano de remuneração:** Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores. De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 22.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

| Distribuição | Período de carência | Dezembro de 2016 | Novos | Ações entregues | Junho de 2017 |
|--------------|-------------------------|------------------|----------------|--------------------|------------------|
| 5º | 25/02/2014 - 25/02/2017 | 281.988 | — | (281.988) | — |
| 6º | 29/08/2014 - 29/08/2017 | 225.435 | — | — | 225.435 |
| 7º | 24/02/2015 - 24/02/2017 | 295.161 | — | (295.161) | — |
| 7º | 24/02/2015 - 24/02/2018 | 295.161 | — | — | 295.161 |
| 8º | 20/08/2015 - 20/08/2017 | 311.546 | — | — | 311.546 |
| 8º | 20/08/2015 - 20/08/2018 | 311.546 | — | — | 311.546 |
| 9º | 24/02/2016 - 24/02/2017 | 466.707 | — | (466.707) | — |
| 9º | 24/02/2016 - 24/02/2018 | 466.707 | — | — | 466.707 |
| 9º | 24/02/2016 - 24/02/2019 | 466.698 | — | — | 466.698 |
| 10º | 23/08/2016 - 23/08/2017 | 265.525 | — | — | 265.525 |
| 10º | 23/08/2016 - 23/08/2018 | 265.525 | — | — | 265.525 |
| 10º | 23/08/2016 - 23/08/2019 | 265.525 | — | — | 265.525 |
| 11º | 21/02/2017 - 21/02/2018 | — | 292.024 | — | 292.024 |
| 11º | 21/02/2017 - 21/02/2019 | — | 292.024 | — | 292.024 |
| 11º | 21/02/2017 - 21/02/2020 | — | 292.024 | — | 292.024 |
| Total | | 3.917.518 | 876.072 | (1.043.856) | 3.749.734 |

A DIRETORIA

CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA - CRC 1SP 170428/O-5



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 02 de agosto de 2017, com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e no diligenciamto e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A., da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e das demais controladas, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. O relatório

completo do Comitê de Auditoria, datado de 02 de agosto de 2017, contendo o detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrazil.com.br) e à disposição dos interessados na seção de "Governança Corporativa".

São Paulo, 02 de agosto de 2017

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores do Banco ABC Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco ABC Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Ambiente de tecnologia
As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.
O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Abordagem de auditoria:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso lógico a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8, em 30 de junho de 2017 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$1.858.696 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 473.990 mil, sendo que durante o primeiro semestre de 2017 foi reconhecido, pelo Banco, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 114.347 mil. Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origemação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

23. PENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2017 e 2016 são demonstrados como seguem:

| | 2017 | | 2016 | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| Ativos | | | | |
| Disponibilidades | 2.089 | 6.911 | 3.361 | 10.788 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 133.453 | 441.489 | 80.351 | 257.909 |
| TVM e instrumentos financeiros derivativos | 30.304 | 100.252 | 60.550 | 194.354 |
| Operações de crédito - Líquido | 533.121 | 1.763.671 | 537.399 | 1.724.944 |
| Outros créditos e valores e bens | 2.708 | 8.959 | 5.155 | 16.548 |
| Total | 701.675 | 2.321.282 | 686.816 | 2.204.543 |
| Passivos | | | | |
| Depósitos à vista | 84 | 278 | 84 | 270 |
| Depósitos a prazo | 28.443 | 94.095 | 39.420 | 126.530 |
| Obrigações por empréstimos no exterior | 961.935 | 3.182.273 | 1.126.594 | 3.616.140 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 16.795 | 55.561 | 43.571 | 139.854 |
| Outras obrigações | 322 | 1.065 | 233 | 749 |
| Total | 1.007.579 | 3.333.272 | 1.209.902 | 3.883.543 |

24. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos. a) **Contingências fiscais:** O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores cujos detalhes das principais causas são os seguintes: **IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:** Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 10.425. **Imposto sobre serviços ("ISS") - 1994 a 2003:** Tratam-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versam sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003. Tais valores correspondem a R\$ 1.118. **Multa de ofício imposto sobre serviços ("ISS") - 2008 a 2011:** Trata-se de processo judicial onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questiona a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R\$ 12.460. **Encargos Previdenciários ("INSS"):** O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2012 no valor de R\$ 190.572. **Compensações não homologadas:** Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo nº 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$ 3.568. **IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito:** Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R\$ 5.114. **IRPJ/CSLL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 a 2012:** Trata-se de cobrança de IRPJ e CSLL, incidente sobre dedutibilidade de PLR pagas a diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Ag

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

